

Trabalho e criação de valor em Marx

Guilherme Santos Mello¹

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir o conceito de trabalho humano ao longo da obra de Marx em seus diferentes graus de abstração e, em particular, do trabalho humano no capitalismo. O debate conceitual ressaltado pelo artigo é de fundamental importância para dirimir, em um primeiro momento, as inúmeras confusões teóricas derivadas de leituras incompletas do conjunto da obra marxiana, levando alguns autores a conclusões limitadas a respeito da centralidade do trabalho humano na sociedade capitalista, assim como sua função de criar e medir o valor. Espera-se que este debate aqui travado sirva como base para futuros trabalhos mais específicos acerca da temática do trabalho humano como elemento fundante e fundamental ainda hoje das economias capitalistas.

Abstract: This article discusses the concept of human labor over the work of Marx in their different degrees of abstraction and, in particular, of human labor in capitalism. The conceptual debate highlighted by this paper is of fundamental importance to address, in a first moment, the many theoretical confusion arising from incomplete readings of the whole Marxist project, leading some to limited conclusions about the centrality of human labor in capitalist society, so as their function to create and measure the value. It is hoped that this debate held here serves as a basis for future and more specific studies about the theme of human labour as a founding and fundamental element of today's capitalist economies.

Palavras-chave: Trabalho, ontologia, trabalho abstrato, valor, Marx

Key-words: Labour, ontology, abstract labour, value, Marx

Área: 3. Economia Política, Capitalismo e Socialismo

Sub-área: 3.1. Teoria do Valor

SESSÃO ORDINÁRIA

¹ Doutorando do programa de economia da Universidade de Campinas (UNICAMP)

1 - Introdução.

Ao longo d’*O Capital*, Marx aborda a questão do trabalho em inúmeros momentos, desde o surgimento do homem e o trabalho como condição ontológica necessária para tal, até o seu ulterior desenvolvimento nas diversas formações sociais, destacando sua centralidade no processo capitalista de reprodução do capital, assim como sua evolução até a forma mais bem acabada do trabalho sob a égide do capital: o *trabalho abstrato* e o *trabalhador coletivo*. O caminho traçado por Marx perpassa o livro I do Capital, especificamente os capítulos I, V (Processo de trabalho e o processo de produzir mais valia) e XIV (Mais valia absoluta e Mais valia relativa), tendo sérias implicações no desenvolvimento posterior de sua teoria, nos livros II e III. Neste caminho, Marx constrói – ou, em alguns casos, reconstrói metodologicamente – alguns conceitos teóricos e metateóricos de fundamental importância para compreender o processo de criação do valor a partir do trabalho humano. Ao localizar historicamente sua análise no processo de produção capitalista – o que faz explicitamente no capítulo XIV do livro I – Marx nos permite captar as particularidades assumidas pelo processo de trabalho neste momento histórico. O objetivo deste artigo é exatamente reconstruir tais conceitos, buscando esclarecer certos pontos que foram alvos de controvérsia na teoria marxiana, assim como construir um aparato teórico-conceitual que permita, em um futuro estudo, avaliar as teorias que se centram na proposição do “*fim da centralidade do trabalho*” ou do “*trabalho imaterial*” sob uma ótica crítica marxiana. Para isso, dividimos o artigo em 5 partes, sendo a primeira esta introdução e a segunda buscando desvendar o significado ontológico do trabalho humano na obra de Marx. Da terceira seção em diante busca-se discutir o trabalho humano já sob a égide do capital, onde suas características e mecanismos passam a ter determinações ditadas por esse regime. Na seção 3, discutem-se, em diferentes subseções, os conceitos de trabalho abstrato e coletivo em Marx, conceitos estes centrais para a caracterização do processo de reprodução social sob o capitalismo. Já na seção 4 apresentamos uma breve discussão acerca do delicado tema da produtividade do trabalho sob o regime capitalista, a que se segue uma breve conclusão na seção de número 5.

2 - O trabalho como ontologia do homem.

Logo nos primeiros parágrafos do capítulo V do Capital, Marx descreve o trabalho como a característica ontológica fundamental do ser humano. Esta descrição possui importância fulcral no desenvolvimento posterior de sua teoria, como argumentaremos adiante. Entretanto, neste momento, faz-se importante ressaltar como Marx caracteriza e diferencia o trabalho humano em

relação a todos os outros tipos de “trabalhos” que encontramos no mundo natural. Assim afirma Marx ao caracterizar e definir o trabalho humano:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, em sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços, pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. (MARX, 2006, p.211)

Neste primeiro nível de abstração, o trabalho aparece como um intercâmbio entre o homem e a natureza, seja ela transformada ou não por trabalho humano pretérito². A teleologia do trabalho humano aparece como apenas e unicamente voltada para a transformação do mundo natural, em um intercâmbio direto entre homem e natureza. O objetivo da transformação da natureza também parece único: a criação de valores-de-uso, ou como nos diz Marx, de algo que tome uma “forma útil à vida humana”. Desta forma, o conteúdo ahistórico deste momento da obra de Marx se revela, estando ele tratando de um momento ideal, ontológico do ser humano. Esta percepção se reforça na passagem seguinte a esta transcrita, em que Marx afirma:

Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica [o homem] a sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. **Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana.** Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas **o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade.** No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (MARX, 2006, p. 211-12, grifo adicionado)

Desta maneira Marx vai definindo aos poucos o trabalho humano, em contraposição a todos os outros tipos de trabalho que encontramos na natureza. A idéia de que o homem, ao trabalhar a natureza, não modifica apenas a natureza, mas a si mesmo, é essencial para compreendermos por que o trabalho, para Marx, é fundante do homem em contraposição ao que chamou aqui de “homem primitivo”. Por isso, o trabalho humano é ontológico e teleológico, fundador e finalidade do ser humano em sua ação transformadora. Também é importante notar como Marx vai definindo esta teleologia do trabalho humano: em primeiro lugar, como salientado acima, o trabalho humano é produtor de valores-de-uso. Estes valores-de-uso são provenientes do trabalho aplicado pelo homem ao transformar a natureza, ou seja, é dado naturalmente no intercambio do homem com a natureza. Em segundo lugar, ele é um trabalho “imaginado”, “figurado” pelo trabalhador. Ou seja, a causalidade de sua ação não é mais apenas dada, mas definida pelos atos humanos. Se quiser fazer uma cadeira, planejo em minha mente uma cadeira, penso em seu formato, *design*, numero de pernas, tamanho, altura, largura, espessura, etc. Apenas após este processo de “criação imaginária”

² Neste caso, a natureza pode aparecer em seu estado absolutamente original, ou como natureza transformada, que é o caso notório das matérias primas, onde já se encontra trabalho humano pretérito plasma em sua confecção.

do objeto é que intervenho na natureza para construí-lo. Ou seja, o planejamento faz parte do trabalho humano, é sua característica diferencial, mas não suficiente. De nada basta planejar a cadeira e não realizar o intercambio necessário com a natureza para produzi-la. A primeira vista, esta pode parecer uma consideração banal, mas posteriormente em nossa discussão retomaremos este ponto com mais calma, analisando suas importantes implicações para a teoria marxiana.

O trabalho não aparece como única categoria ontológica do homem. Assim como processo de surgimento da vida orgânica não foi um processo de necessidade *vis a vis* a natureza inorgânica então existente, o surgimento do homem não foi também uma necessidade natural, mas se constituiu, outrossim, num processo de ruptura na regularidade natural. Desta forma é possível afirmar que, com o surgimento da vida orgânica, surge a reprodução biológica, e com o surgimento do homem surge o que podemos chamar de reprodução social. Lessa (2007, p.142) assim caracteriza este tipo de reprodução:

Ao contrário da reprodução biológica, a reprodução social é um processo fundado pelo trabalho, um tipo de atividade no qual o indivíduo humano primeiro elabora na consciência (como idéia, como ideação) para depois transformar a natureza naquilo que necessita. Tal interação com a natureza é sempre, como veremos, mediada pela consciência e pelas relações sociais; estas comparecem no mundo dos homens com funções que possibilitam um tipo de transformação da matéria natural completamente diferente daquela operada pelos animais e plantas [...] O trabalho é pois, a categoria fundante do mundo dos homens porque, em primeiro lugar, atende à necessidade primeira de toda sociabilidade: a produção dos meios de produção e de subsistência sem os quais nenhuma vida social seria possível. Em segundo lugar, porque o faz de tal modo que já apresenta, desde o seu primeiro momento, aquela que será a determinação ontológica decisiva do ser social, qual seja, a de que, ao transformar o mundo natural, os seres humanos também transformam a sua própria natureza, o que resulta na criação incessante de novas possibilidades e necessidades históricas, tanto sociais como individuais, tanto objetivas quanto subjetivas.

O que fica claro é que o trabalho humano, para Marx, é característica fundamental para a própria existência humana. É a característica que o faz e que o mantém, assim como a que o transforma. Por ser social, ele pode se apresentar de variados modos, em diversas formas, sem deixar de ser condição fundante da humanidade. A afirmação de que uma nova forma de reprodução surge quando do surgimento do homem – a reprodução social – não é gratuita. Ela vem nos revelar que os mecanismos de funcionamento e transformação desta nova dinâmica não estão limitados aos mecanismos naturais, anteriores ao homem e independentes dele. Apesar de o homem transformar e manipular a natureza, ele é incapaz de fazê-lo para além dos limites naturais que as próprias “leis” físicas, químicas ou biológicas nos impõe. Ou seja, mesmo que eu queira, não posso transformar um graveto de madeira em um telefone celular, ou em um copo d’água, simplesmente por que as características químicas e físicas desse pequeno graveto me impedem de transformá-lo nestas coisas. No entanto, estas mesmas limitações naturais não se aplicam no campo da reprodução social. Nada impede que transformemos uma maneira de organizar o trabalho e a produção, quiçá toda sociabilidade humana, em outra completamente diversa da primeira, até mesmo totalmente

oposta a esta. Esta possibilidade quase ilimitada de transformações no que tange à reprodução social é a base para compreendermos o modo de produção capitalista, que em diversos momentos se apresenta de forma tão pouco “natural”, até mesmo “anti-natural”, a nossos atônitos olhos. Trataremos deste tema no item 3 deste artigo, cabendo agora prosseguir na caracterização inicial de Marx acerca do trabalho humano, ainda em um nível a - histórico e, conseqüentemente, de elevada abstração.

2.1 - Elementos componentes do processo de trabalho.

Ao caracterizar o trabalho humano, Marx se detém na questão da transformação da natureza pelo homem. O processo de trabalho, no entanto, não é composto apenas da atividade “trabalho”, mas também do “objeto de trabalho” e dos “meios de trabalho”. Como já afirmado anteriormente, o objeto de trabalho, ou a matéria sobre a qual o trabalho se aplica, pode tanto provir diretamente da natureza – o caso mais notório, segundo Marx, seria a terra – ou pode também ser fruto de natureza transformada, onde já atuou trabalho pretérito – como no caso das matérias-primas. Já os meios de trabalho são os objetos que fazem a intermediação da ação do trabalho com o objeto de trabalho. É aquilo que se interpõem entre ambos, objetivando o trabalho humano. Assim Marx os define:

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas [o objeto de trabalho], de acordo com o fim que têm em mira [...] O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho. (MARX, 2006, p. 214)

Esta passagem de Marx pode ser considerada controversa, pelo excessivo peso que direciona as condições “técnicas” da produção em comparação as condições sociais que esta se desenvolve. Inicialmente, pode parecer que Marx está apontando para um “evolucionismo técnico”, em que as articulações do que chamamos de reprodução social viriam a reboque destes determinantes. Nada poderia estar mais equivocado, já que aqui Marx não está se referindo ao processo de transformação das épocas econômicas, ou seja, não está se referindo ao processo pelo qual os determinantes técnicos, econômicos e sociais se imbricam para produzir alterações nas formações econômico/sociais. Está se referindo, isso sim, à possibilidade de identificarmos nas formações econômicas passadas as formas das articulações sociais então prevalecentes. Assim como podemos afirmar que um *Tiranossauro Rex* era carnívoro apenas pela forma e estrutura de sua arcada dentária, podemos depreender importantes conclusões acerca de um período histórico anterior usando como base o grau de desenvolvimento e a forma que se apresentavam os meios de trabalho daquele tempo específico. Isso deixa em aberto as causas das modificações sociais passadas ou

futuras, podem ser elas tanto advindas das renovações técnicas descobertas, quanto das dinâmicas sociais em constante alteração.

Para resumir o processo de trabalho sob este nível de abstração, Marx assim descreve:

No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se, e a matéria esta trabalhada. O que se manifesta em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma do ser, do lado do produto. Ele teceu, e o produto é um tecido. (MARX, 2006, p.214)

E mais a frente:

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre homem e natureza; **é condição eterna natural da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma desta vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais.** (MARX, 2006, p.218, grifo adicionado)

Esta segunda passagem nos parece muito reveladora. Após descrever o processo de trabalho humano – em seus elementos mais “simples” e “abstratos”, como bem ressalta Marx, para assim reafirmar o elevado grau de abstração contido nesta análise -, Marx caracteriza exatamente este processo como uma “condição eterna natural da vida humana”, independente das formações sociais que esta pode vir a apresentar. Curiosamente, quando se tratou do surgimento do que se denominou “reprodução social”, salientou-se que esta nova modalidade de reprodução não respondia necessariamente aos limites impostos pelas modalidades anteriores, como a “reprodução biológica”. Aqui, no entanto, Marx estabelece um limite “universal” e “eterno” para esta reprodução e, por que não, para a humanidade: o trabalho entendido materialmente, como “intercâmbio material entre homem e natureza”. Este limite impõe uma barreira que independe da forma em que se organiza a sociedade, e esta barreira não é injustificada. Por mais distante que o homem se posicione da manipulação da natureza, por mais que todas as atividades tradicionalmente humanas de trabalho tenham sido delegadas a máquinas ou mediadas por autômatos, ainda será do controle humano sobre tais mecanismos que dependerá a produção de toda a base de subsistência da humanidade, enquanto esta assim possa ser entendida. Por esse e outros motivos, falar em fim da “sociedade do trabalho” é um enorme equívoco, analisando-se por este prisma. Este processo de aproximação gradual da realidade, reduzindo os níveis de abstração, nos permitirá por certo notar a “anti-naturalidade” do sistema capitalista, revelando-nos seus mecanismos de funcionamento.

3- O trabalho no capitalismo.

Ainda no transcorrer do capítulo V, Marx avança sua análise buscando compreender o processo de trabalho sob a égide do modo de produção capitalista. Ao iniciar esta investigação específica, nos aponta duas particularidades que o trabalho – ou, em suas palavras, o “processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista” – assume quando sob o capitalismo. Assim descreve tais fenômenos:

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste o que for imprescindível à execução do trabalho. Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. (MARX, 2006, p. 219)

Estas duas características, marcas indeléveis do capitalismo sobre o processo de trabalho, é que darão origem, posteriormente, a questões como a divisão social e científica do trabalho, assim como seu corolário, a separação entre trabalho material e trabalho intelectual, ou “planejamento” e “execução”. Mas antes de abordarmos estas questões, precisamos compreender a mudança na natureza do trabalho operada pelo capitalismo, assim como a formação de novos conceitos analíticos, como o *trabalho abstrato* e o *trabalhador coletivo*.

3.1 - Trabalho como abstração real.

Ao abrir *O Capital*, Marx nos brinda com uma frase que marca sua obra como um todo. Assim afirma:

A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar desta riqueza (MARX, 2006, p. 57)

Mas o que seria uma mercadoria? Assim Marx a descreve, em sua dupla determinação:

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção [objeto ou meio de trabalho]. Cada coisa útil, como ferro, papel, etc., pode ser considerada sob duplo aspecto, segundo qualidade e quantidade. (MARX, 2006, p. 57)

A mercadoria, portanto, aparece primeiramente como um valor-de-uso. Mas não um valor de uso para o capitalista, ao contrário, um valor-de-uso para os outros³. Não cabe aqui retomar todo o caminho traçado por Marx para demonstrar como o tempo de trabalho médio socialmente necessário é a medida do valor pelo qual as mercadorias se trocam, ou seja, o aspecto quantitativo

³ Com a ironia que lhe é peculiar, Marx assim nos explicita esta questão: “O produto, de propriedade capitalista, é um valor-de-uso: fios, calçados, etc. Mas, embora calçados sejam úteis à marcha da sociedade e o nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica sapatos por paixão aos sapatos. Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas para serem e enquanto forem substrato material, detentores de valores-de-troca [...] Além de valores-de-uso, quer produzir mercadoria; além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia).” (MARX, 2006, p.220)

que ele descreveu no trecho acima. O que se procurará demonstrar, isso sim, é a natureza da “substância” desse valor, que Marx denomina “trabalho abstrato”. É este trabalho, que Marx chama de “substância criadora do valor”, e sua determinação como conceito teórico que vem causando confusões mesmo entre autores marxistas, algumas das quais abordaremos criticamente em um momento posterior deste trabalho.

Vejamos, de início, como Marx define tal conceito:

Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas, então, o produto do trabalho já terá passado por uma transmutação. Pondo de lado seu valor-de-uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor de uso. Ele não é mais mesa, casa, fio ou qualquer outra coisa útil. Sumiram todas as suas qualidades materiais. Também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece também o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o **trabalho humano abstrato**. (MARX, 1998, p. 60)

A partir desta construção de dualidade entre *valor-de-uso* e *valor*, e *trabalho concreto* e *trabalho abstrato* que Marx passa a construir um sistema teórico dual para explicar a realidade do capitalismo. Curiosamente ele inicia esta análise dual observando a mercadoria, para depois revelar a fonte da dualidade desta (a dualidade do próprio trabalho), conforme nos indica Neto (2002):

Marx construiu seu sistema teórico em torno de categorias econômicas duais: trabalho concreto e trabalho abstrato, valor de uso e valor, riqueza material (real) e riqueza abstrata (em valor), processo material de produção e processo de valorização, etc. As duplicidades das categorias são em geral fundamentais em todo *O Capital*, e isto é fácil de ser mostrado. A questão que nos ocupa pode então ser posta da seguinte maneira: por que enfatizar o duplo caráter do trabalho, e não o duplo caráter da mercadoria, que foi como esta dualidade apareceu pela primeira vez?

[...]Em resumo: é a afirmação do duplo caráter do trabalho produtor de mercadorias que permite passar de uma questão quase trivial (o duplo caráter da mercadoria [que já havia sido notado pela tradição da economia política clássica]) para um sistema teórico construído a partir da duplicidade geral das categorias econômicas. (NETO, 2002, p. 107)

Note-se, de antemão, que o trabalho humano abstrato não guarda qualquer relação que seja com os trabalhos concretos. Ele não se configura nem como uma redução nem em uma ampliação do conceito de trabalho concreto (ou trabalho útil, como Marx algumas vezes coloca), mas tem sua determinação dada em esfera absolutamente diversa, uma **esfera social**. Também cabe ressaltar a natureza historicamente determinada do conceito de trabalho abstrato: ele só aparece sob o modo capitalista de produção, e sua função última é gerar valor excedente. Ou seja, unindo-se a dupla característica do trabalho sob o capitalismo (que está sob o controle do capitalista, assim como resulta em mercadoria de posse do capitalista) as determinações do trabalho abstrato (geração de mais-valia) temos que o **trabalho humano abstrato é basicamente trabalho explorado pelo capital**, alienado do controle do trabalhador e fonte de novo valor a ser apropriado pelo capitalista.

A percepção da construção dual da teoria marxiana é fundamental para compreendermos as categorias econômicas sob o signo do capitalismo. Todas as considerações feitas até aqui, sobre o caráter ontológico e teleológico do trabalho, ponderavam o conceito de “trabalho” em um elevado nível de abstração, desprovido de momento histórico. Tal conceito de trabalho obviamente permanece sob o capitalismo - até por ser inerente ao ser humano, conforme tentamos demonstrar nos itens anteriores –, mas seu estudo e análise não são suficientes para compreendermos e analisarmos criticamente o capitalismo. É a isto que Marx se refere no início do capítulo XIV quando afirma que:

No capítulo V, estudamos o processo de trabalho em abstrato, independente de suas formas históricas, como um processo entre o homem e a natureza. Dissemos: “Observando-se todo processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção, e o trabalho é trabalho produtivo.” Na nota 7, acrescentamos: “Essa conceituação de trabalho produtivo, derivada apenas do processo de trabalho, **não é de forma alguma adequada ao processo de produção capitalista**. (MARX, 1982, p. 583, grifo adicionado)

Esta ressalva de Marx a respeito da forma inadequada de se avaliar a produtividade do trabalho no capitalismo utilizando-se os conceitos que descreveu ao tratar do “processo de trabalho em abstrato, independente de suas formas históricas”, aplica-se não apenas a distinção entre *trabalho produtivo x trabalho improdutivo*, que abordaremos adiante, mas também a todas as categorias que são apresentadas de forma dual ao longo de sua obra. Ou seja, o processo de produção capitalista não pode ser analisado sob o ponto de vista do processo de trabalho concreto, “como um processo entre o homem e a natureza”; deve ser analisado como um processo de criação de novo valor através do **trabalho abstrato**. Mas esta abstração não pode ser fruto apenas de um exercício mental, de igualação artificial dos diferentes trabalhos, de redução destes a uma medida criada idealmente. Quanto menos tal abstração é fruto apenas e tão somente do processo de circulação, tendo sua existência dependente seja da troca, seja do dinheiro⁴. Devemos entender, isto sim, o trabalho abstrato como uma abstração concreta e cotidiana, “praticada diariamente no processo social de produção” (MARX *apud* NETO, 2002, p. 133) trabalho socialmente igualado no seio de uma economia mercantil. Assim define Neto (2002):

Este raciocínio deixa claro que o trabalho abstrato, se não é *apenas* trabalho fisiologicamente igual ou socialmente igualado, *inclui* estas determinações: é trabalho normalizado, socialmente igualado pelo mercado, a partir das características fisiológicas. Logo, o trabalho abstrato não faz um corte fisiológico, e menos ainda, obviamente, com o social; **é gasto de trabalho fisiológico homogeneizado socialmente de uma maneira específica** [capitalista]. *Seu modo de partida é o trabalho concreto*, que é o modo como todo trabalho, seja determinado socialmente ou não, tem de existir. (NETO, 2002, p.139)

Aí se encontra a característica distintiva do trabalho abstrato: ele é fruto específico de um tipo de relação social, em contraposição ao trabalho como “condição eterna” do homem analisado

⁴ Neto (2002) nos mostra como o valor é determinado no momento da produção, se realizando na circulação, mas tendo sua existência a ela pretérita, ou pressuposta.

anteriormente. Ele é fonte de novo valor, assim como sua própria medida, e revelador da dinâmica assumida pelo modo de produção capitalista. É sobre este conceito de trabalho que temos que nos debruçar para compreender a sociedade capitalista mercantil, analisando sua validade nas condições de produção atuais.

3.2 - Trabalho abstrato: criador e medida do valor

Algumas questões de ordem metodológica surgem ao afirmarmos o trabalho humano abstrato como única fonte da criação de novo valor, além de medida deste. A extensão desta polêmica foge ao escopo deste artigo, mas se faz necessário, antes de prosseguirmos, explicitar como Marx trata alguns aspectos desta questão.

Primeiramente, temos que ressaltar como Marx constrói a idéia de que o trabalho é a única fonte de “novo valor”, ou a “substância social” do valor. Para isso, é necessário considerarmos o conceito de *capital*, que é o conceito central que rege a obra de Marx. O capitalismo pode ser definido como o capital em processo. Quando afirmamos “capital em processo”, nos referimos, por um lado, ao contínuo processo de valorização que este busca, mas também às contínuas mudanças e transformações sofridas pelo mesmo ao longo deste processo. Exatamente por isso, afirmar que o capital é um processo é pensar que, apesar de capital ser capital, ele se transforma no curto, médio e longo prazo. Ele se metamorfoseia a cada troca, a cada estágio de sua valorização, a cada momento de sua nova acumulação, se relativizando e se reafirmando constantemente. Neto (2002) assim define este intrincado processo:

Marx define o *capital* como uma *substância social* – o *valor* – que encontra existência autônoma no *dinheiro* e se movimenta, mudando de forma, para se valorizar. O capital só pode ser entendido, portanto, como um *movimento*; e a idéia de que muda constantemente de forma é essencial para que seja compreendido [...] Mas o capital não é apenas *movimento*, mudança contínua de forma. Este movimento é um movimento autônomo: ele é uma *substância semovente* e um *sujeito automático*. É uma realidade social – formada pela reificação das relações sociais – que impõe uma marca a todo funcionamento da economia, que faz que seu objetivo seja a acumulação de riqueza na forma geral, abstrata, de dinheiro – de dinheiro como capital. (NETO, 2002, p.70)

Ao admitirmos que o capital é valor que se valoriza, nos cabe compreender qual a fonte desta valorização. Ou, em outras palavras, qual é a origem do novo valor. Marx, ao defender o trabalho humano abstrato como fonte deste novo valor, não o faz por preferir inadvertidamente este a outras potências valorativas. Ao contrário, a observação que faz Marx está, conforme já argumentado, fundada na dinâmica própria apresentada pelo capitalismo. A passagem que Marx faz entre a produção de valor e o trabalho humano abstrato é constituída de cinco passos, conforme afirma Neto (2002):

Em primeiro lugar, ele [Marx] afirmou que o valor de troca só pode ser manifestação de um conteúdo distinto dele (o que implica [...] que as trocas já atingiram alguma regularidade); em segundo, que este

conteúdo, sendo algo homogêneo, não pode vir, de maneira nenhuma, do valor de uso, domínio da diversidade, negado na relação de troca [...]; em terceiro lugar que só lhe resta vir do fato de serem mercadorias produto do trabalho; em quarto, que se abstraímos o valor de uso dos produtos do trabalho, fazemos desaparecer também o caráter útil dos trabalhos neles representados, e resta então apenas uma “objetividade fantasmagórica”, o trabalho abstrato (enfatizamos que, com esta afirmação, Marx esta implicitamente dizendo que *há algo comum aos diversos trabalhos que não é uma mera abstração de gênero; este algo comum tem existência real*, ainda que fantasmagórica!); o quinto passo é a conclusão do argumento: o valor é uma cristalização do trabalho abstrato, que se revela então como *substância social* comum aos valores (NETO, 2002, p. 12)

Esta passagem, conforme se pode observar, é resultado de um processo de observação criterioso da realidade e do processo de trocas existente no capitalismo mercantil. Não se trata, assim, de uma mera abstração ou “privilégio injustificado” a uma categoria específica, mas sim do resultado de uma apropriação da realidade capitalista desvelada de sua aparência, através de observação crítica. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar o âmbito em que é realizada esta análise, o que revela o processo que estamos tratando: Por estar historicamente localizada no capitalismo, estamos tratando aqui do *processo de produção de valor* ou *processo de valorização* da mercadoria, não necessariamente do *processo de produção de riqueza material*. Esta distinção, desenvolvida no item 1.2.1, é importante para deixar claro que o trabalho não é a única fonte criadora de valores-de-uso⁵, pois é isso que vai permitir que se compreenda como o aumento da força produtiva do trabalho aumenta o numero de mercadorias por este produzido. Ou seja, sob a ótica da riqueza material, o trabalho não é a única fonte de produção. É isso que explica como uma menor quantidade de trabalho utilizada a uma produtividade mais elevada pode gerar uma maior quantidade de *riqueza material*, apesar de gerar uma menor quantidade *valor* por unidade de produto⁶.

Tendo compreendido como o *trabalho humano abstrato* é o único capaz de gerar novo valor, é necessário agora entender como ele exerce a função de medida das relações de troca, mesmo sendo empregado na fase produtiva. Pois ao mesmo tempo em que uma operação material se consubstancia na mercadoria, – ou seja, o trabalho humano concreto no ato de transformar o objeto de trabalho a partir da utilização dos meios de trabalho adequados – outra operação, de caráter social, se materializa socialmente na mercadoria. É desta segunda operação que vamos tratar, que ao mesmo tempo em que gera novo valor, também o faz em uma determinada medida que é dada socialmente e anteriormente ao momento da troca, que apesar de ser fundamental para a concretização dessa materialidade social, não o é para sua formação, que se realiza *ex-ante* como pressuposição.

⁵ Neste caso, o capital entendido como trabalho pretérito ou mesmo a terra atuam como produtores de valor-de-uso, conforme afirma Marx: “ O trabalho não é por conseguinte a única fonte dos valores-de-uso que produz, da riqueza material. Conforme diz Willian Petty, o trabalho é o pai, mas a terra é a mãe” (Marx, 2006, p. 65)

⁶ “Não obstante, ao acréscimo da massa de riqueza material pode corresponder uma queda simultânea no seu valor. Esse movimento em sentidos opostos se origina do duplo caráter do trabalho. Produtividade é sempre produtividade em trabalho concreto, útil, e apenas define o grau de eficácia da atividade produtiva adequada a certo fim, em dado espaço de tempo” (Marx, 2006, p. 68)

O primeiro passo que temos que tomar para compreender o processo de medida do valor é reafirmar a abstração real presente no conceito de *trabalho humano abstrato*. Isto por que é absolutamente impossível comparar-se diferentes trabalhos humanos, se formos considerá-los em suas particularidades concretas. O trabalho do carpinteiro, do pedreiro, do cozinheiro ou de um professor, apesar de envolverem diretamente o consumo das forças físicas, mentais e psíquicas do homem, são de qualidades diversas, e por isso mesmo incomparáveis. Entretanto, com o avanço do processo de produção tipicamente capitalista, a generalização das trocas se dá de tal forma que todo o trabalho humano é direcionado à produção não apenas de produtos, mas de mercadorias, ou seja, valores-de-uso para o outro. A partir deste momento, toda produção capitalista já vislumbra, antes mesmo de sua produção, o valor que a mercadoria em questão obterá. Neste momento histórico, portanto, a quantificação do trabalho abstrato já é feita no momento mesmo da produção da mercadoria. Mas como isso ocorre?

A resposta de Marx parece, de início, bastante simples. Marx aponta para um processo social de equiparação entre os diferentes trabalhos, ou seja, uma redução a uma medida comum, o *trabalho simples médio* normalizado socialmente. Vejamos como Marx define tal conceito:

Trabalho humano mede-se pelo dispêndio da força de trabalho simples, a qual, em média, todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo. O *trabalho simples médio* muda de caráter com os países e estágios da civilização, mas é dado numa determinada sociedade. (MARX, 2002, p.66)

Neste momento, surge uma dúvida que perpassou boa parte da história do marxismo com uma de suas principais polêmicas: como normalizar⁷ os diferentes trabalhos a *trabalho simples médio*? A resposta de Marx, mais uma vez, se reveste de grande simplicidade:

Trabalho complexo ou qualificado vale como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de modo que uma quantidade dada de trabalho qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho simples. A experiência demonstra que essa redução sucede constantemente. Por mais qualificado que seja o trabalho que gera a mercadoria, seu valor a equipara ao produto do trabalho simples e representa, por isso, uma determinada quantidade de trabalho simples (MARX, 2006, p. 66)

Essa resposta de Marx causou certa polêmica inclusive nos meios marxistas, que viam neste tipo de redução uma potencial tendência a negação a toda teoria da mais valia, que é fundamentada na diferença entre a criação de valor e o valor da força de trabalho. A crítica em questão é prontamente respondida por Rosdolsky nos seguintes termos:

Quem acusa Marx de fazer abstrações arbitrárias deveria, antes, observar o processo de produção capitalista, onde efetivamente o trabalho não existe para o homem, mas sim o homem para o trabalho, e onde na imensa maioria dos casos o que importa é o rendimento médio e o ritmo médio. Isso explica o conceito fundamental da teoria marxiana do valor, o conceito de “trabalho humano geral”. Agora compreendemos por que, segundo Marx, os valores das mercadorias são “funções sociais dos objetos

⁷ Conceito usado por Neto (2002) e que significa uma redução do trabalho qualificado ao trabalho simples médio, ou a equalização dos tempos de trabalho abstrato, não do ponto de vista das horas físicas do trabalho, mas de seu valor expresso internacionalmente.

e nada tem a ver com suas qualidades naturais, e por que, para poder medir esses valores pelo tempo de trabalho contidos nas mercadorias, é preciso remeter os diferentes trabalhos ao trabalho humano indiferenciado, equivalente, simples, no qual desaparecem a individualidade dos trabalhadores e o caráter concreto de suas atividades. Naturalmente, isso não significa que o trabalho que cria valor seja um mero fantasma; pelo contrário, ele se baseia na existência real e palpável da sociedade produtora (de mercadorias), existência que, por sua vez, se baseia na ‘verdade fisiológica’ não menos real de que todo trabalho humano é ‘gasto de cérebro, nervo, músculo, órgãos dos sentidos etc. humanos’. Mas o trabalho fisiológico ainda não é trabalho econômico. Este, ao contrário, pressupõe o processo social da equiparação de diversos trabalhos originalmente diferentes, processo que ocorre a revelia dos produtores (na própria produção, e portanto também no intercâmbio), e que a categoria do trabalho “abstratamente humano” apenas reflete. (ROSDOLSKY, 2001, p. 427)

Esta afirmação de Rosdolsky revela duas facetas muito interessantes da obra de Marx: a primeira, como já afirmada aqui, é o caráter social do trabalho abstrato, já presente na fase de produção, mas que se confirma no intercâmbio, completamente localizado na economia do tipo capitalista. A segunda e não menos importante faceta é o fato de que a definição de trabalho fisiológico é o ponto de partida para o trabalho abstrato, mas não sua representação completa, que se dá socialmente. Neto (2002), ao discutir que a questão da normalização dos trabalhos complexos em trabalhos simples, sintetiza da seguinte forma o argumento marxiano:

Podemos dividir o argumento de Marx neste parágrafo em 2 partes:

1. O trabalho complexo vale como trabalho superior ao simples porque é a exteriorização da força de trabalho na qual entram os custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho, e por isto tem valor mais elevado do que a força de trabalho simples.
2. Se o valor desta força de trabalho é superior, ela se objetiva, nos mesmos períodos de tempo, em valores proporcionalmente mais altos. (NETO, 2002, p.133)

Estas afirmações de Neto (2002) corroboram a leitura de Rosdolsky, assim como acrescentam um novo elemento ao debate, até aqui negligenciado: o fato da “força de trabalho complexo”, por exigir maior tempo de produção, também obter um maior valor, neste caso, um salário maior. Isso, como fica claro, não impede a existência da mais valia, pois esta mesma força de trabalho agregaria um valor maior à mercadoria produzida, não sendo assim obstáculo algum à acumulação capitalista. Rosdolsky (2001) compartilha do argumento de Neto (2002), ao afirmar que

“...[no capitalismo] a relação entre tempo de aprendizagem de diferentes trabalhadores e o tempo de trabalho necessário para produzir diversos produtos deve assumir a forma de uma relação entre os valores das forças de trabalho e os valores das mercadorias que elas produzem. Neste sentido, Marx afirma em *O Capital*: O trabalho que é considerado, complexo, diante do trabalho social médio, é a manifestação de uma força de trabalho na qual entram custos de aprendizagem superiores, cuja produção custa mais trabalho e que, por isso, possui um valor mais elevado que a força de trabalho simples. Todavia, se o valor desta força é maior, isso também se manifesta em um trabalho superior e, conseqüentemente, em idênticos períodos, se materializa em valores proporcionalmente maiores” (ROSDOLSKY, p. 432)

A nosso ver, esta questão de normalização de trabalhos diversos é respondida satisfatoriamente em Marx. A questão não é se existem ou não trabalhos diversos, o que é uma obviedade, mas sim como nivelá-los para poderem ser comparados e assim representarem uma

medida única de valor. Acreditamos que a resposta de Marx é suficiente para dar conta desta questão, reforçando o caráter social de abstração real presente no conceito de trabalho abstrato. Partiremos agora para uma breve discussão acerca das características assumidas pelo trabalho ao longo do capitalismo, e que permitiram uma expansão da acumulação sem precedentes. Seguindo o método inicialmente apontado, esta é mais uma tentativa de aproximação do objeto de estudo, localizando-o historicamente e desvendando suas particularidades.

3.3 - O trabalhador coletivo.

Com o avançar do sistema capitalista sobre as mais diversas áreas da sociabilidade, e com o solapamento das formas pretéritas de organização da produção, seja em seus meios ou seus fins propriamente ditos, a forma de organizar o trabalho, além de suas determinações, passam a se alterar concomitantemente. Se antes o trabalho produtivo realizava-se individualmente e/ou em pequenas unidades, o capitalismo, ao ‘libertar’ o trabalhador, deixando-o livre para vender sua força de trabalho⁸, reúne uma série de trabalhadores em um mesmo local, fazendo-os cooperar na produção das mercadorias. Essa cooperação traz ao trabalho um novo potencial produtivo, conforme nos expõe Marx (2006):

Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos. O poder de ataque de um esquadrão de cavalaria ou o poder de resistência de um regimento de infantaria diferem essencialmente da soma das forças individuais de cada cavalariano ou de cada infante. Do mesmo modo, a soma das forças mecânicas dos trabalhadores isolados difere da força social que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa, por exemplo, quando é mister levantar uma carga, fazer girar uma pesada manivela ou remover um obstáculo. O efeito do trabalho coletivo combinado não poderia ser produzido pelo trabalho individual, e só o seria num espaço de tempo muito mais longo ou numa escala muito reduzida. Não se trata aqui da elevação da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva. (MARX, 2006, p. 379)

Esta passagem de Marx nos revela o surgimento de uma nova força produtiva, que neste caso é integralmente apoderada pelo capitalista. Em linguagem comum, pode-se afirmar que o aumento da produtividade derivada da união conjugada de diversas forças de trabalho, agora trabalhando conjuntamente, é uma força exterior - e quantitativamente superior - aquela que se pode encontrar na simples soma das forças de trabalho ali unida. E é esta força exterior que é plenamente apropriada pelo capitalista, pois não diz respeito ao trabalho individual de nenhum de seus empregados, mas sim de uma melhora do processo como um todo. Recentes melhorias no processo de produção, tais como a ligação em rede dos trabalhadores, nada mais são do que um aumento do

⁸ Esta é a forma que Marx trata ironicamente da pretensa liberdade conquistada pelo trabalhador no capitalismo. Ao negar as formas de dominação anteriores, seja de cunho religioso, político ou com base na tradição, o capitalismo não teria simplesmente libertado o trabalhador, mas sim colocado-o sob o jugo de um novo senhor, o capital em processo de valorização. Diante deste senhor, só resta ao trabalhador vender sua força de trabalho, despojado que esta de todos os meios de produção.

potencial coletivo da produção capitalista, já elevado a montantes nunca antes imaginado com as rigorosas formas de controle sobre o trabalho coletivo advindas dos métodos de gerência científica do trabalho.

Retomando a argumentação, Marx descreve como se gera o efeito esperado para o sistema capitalista e para os trabalhadores do advento desta ‘nova força produtiva’. Assim Marx apresenta os mecanismos de criação desta:

A jornada coletiva tem essa maior produtividade, ou por ter elevado a potência mecânica do trabalho; ou por ter ampliado o espaço em que atua o trabalho; ou por ter reduzido esse espaço em que atua o trabalho; ou por ter reduzido esse espaço em relação a escala de produção; ou por mobilizar muito trabalho no momento crítico; ou por despertar a emulação entre indivíduos e animá-los; ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiformidade; ou por realizar diversas operações ao mesmo tempo; ou por poupar os meios de produção em virtude do seu uso em comum; ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio. (MARX, 2006, p. 382)

Lessa (2007), após analisar vários trechos da obra de Marx, assim descreve o trabalho coletivo, resumizando parte do argumento de Marx:

[...] o “trabalhador coletivo” é uma expressão particular do modo pelo qual o capitalismo desenvolvido organiza a cooperação dos trabalhadores. Esta organização:

- a) Corresponde a um processo de alienação que transfere ao capital as potências produtivas do próprio trabalho;
- b) Corresponde ao estágio mais desenvolvido da divisão social do trabalho, o qual atende à necessidade de extração de mais valia; (LESSA, 2007, p. 163)

Podemos deduzir, de todas estas afirmações acima, que o trabalho coletivo adquiriu importância central no modo de produção capitalista por representar uma nova forma de exploração e extração de mais-valia, forma esta privilegiada por não ser abertamente visível. Por outro lado, ao unificar diferentes trabalhadores de diversas especialidades, o trabalho coletivo necessita de um poderoso instrumento de controle e coação na produção. Além disso, o trabalho coletivo possibilita a divisão entre planejamento e execução do trabalho, garantindo ao capitalista maior domínio do processo de trabalho como um todo. A maneira com que se relacionam os diversos trabalhadores dentro do “trabalhador coletivo” é o tema que trataremos a seguir.

4- O trabalho produtivo e o trabalho coletivo.

Uma das questões mais controvertidas no debate Marxista e na economia política como um todo é o conceito de trabalho produtivo e improdutivo. Muitos autores⁹, antes de Marx, haviam vinculado a questão da produtividade do trabalho seja a forma com que este se realiza, seja ao resultado por ele gerado. Marx tem uma visão diferente acerca da questão da produtividade do

⁹ Adam Smith e Ricardo sendo os principais exemplos da economia política que representava essa idéia.

trabalho no capitalismo; para o autor, trabalho produtivo é aquele trabalho que produz mais-valia, ou seja, produtor de valor e subsumido ao capital. Isto ocorre, em particular, após a prevalência do caráter cooperativo do trabalho e, portanto, da existência do trabalhador coletivo, que é um dos epicentros do processo capitalista de produção, como anteriormente argumentado. As exigências colocadas por ele no livro I, volume I para um trabalhador poder ser considerado produtivo, agora são colocadas da seguinte forma:

A conceituação do trabalho produtivo e de seu executor, o trabalhador produtivo, amplia-se em virtude desse caráter cooperativo do processo de trabalho. Para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma tarefa de manipulação do objeto de trabalho; basta ser órgão do trabalhador coletivo, exercendo qualquer uma das suas funções fracionárias. A conceituação anterior de trabalho produtivo, derivada da natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em conjunto. Mas não se aplica mais a cada um de seus membros, individualmente considerados. (MARX, 1982, p.584)

Poucas linhas à frente, Marx mostra como, se por um lado se amplia a sua conceituação como apresentado no trecho acima, a consubstanciação do capitalismo também restringe tal categoria. Assim afirma:

Ademais, restringe-se o conceito de trabalho produtivo. A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas produz para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem que produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim a auto-expansão do capital. (MARX, 1982, p.584)

Nesta passagem, Marx parece reforçar mais uma vez sua colocação de que, no capitalismo, a produção serve a acumulação, ou a idéia de que existe uma “produção pela produção”. Isto quer dizer que, independente das considerações acerca do valor de uso da mercadoria produzida, o objetivo do capitalista e, em última instância, do capital, é o de produzir a “auto-expansão do capital”. Só é produtivo, portanto, o trabalhador que serve a este objetivo.

Outro fato importante, já destacado anteriormente, mas que aqui deve ser reforçado, é que a produtividade do trabalho, ou seja, a capacidade do trabalho produzir novo valor, independe por completo da mercadoria que este gera. Material ou imaterial, a mercadoria gerada deve passar pela validação social do processo de troca – ou, como Marx bem expressou, realizar o “salto mortal da mercadoria” – e desta forma servir a sua função primeira, qual seja, a de valorizar o capital. É da seguinte forma que Marx define a fortuna do trabalhador produtivo sobre o capitalismo, assim como reafirma sua determinação:

O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz o trabalhador o instrumento direto de criar mais valia. Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar. (MARX, 1982, p. 584)

Esta afirmação de Marx nos leva a seguinte conclusão: o trabalho, entendido como categoria ontológica e universal do homem, é condição “eterna” da vida social. Já o trabalho abstrato,

produtivo e subsumido ao capital, é uma formação claramente histórica, e vinculado umbilicalmente ao modo capitalista de produção. Mais que isso, podemos depreender conclusões muito interessantes destas passagens transcritas acima. A primeira é o fato de que, apesar de todo trabalhador coletivo ser produtivo, nem todo trabalhador coletivo realiza o intercâmbio material homem/natureza. Ou seja, existe um grupo de trabalhadores que fazem parte do trabalhador coletivo – e, portanto, são trabalhadores produtivos, que participam do processo de criação de novo valor para o capital – mas que não participam diretamente do processo produtivo. Quando Marx afirma que “o conceito de trabalho produtivo não compreende **apenas** uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto de trabalho”, ele reafirma o que linhas atrás havia dito, ou seja, que “a conceituação anterior de trabalho produtivo, derivada da natureza da produção material, **continua válida para o trabalhador coletivo**, considerado em conjunto.”. O que isto quer dizer? Que, **em seu conjunto**, o trabalhador coletivo ainda está relacionado à natureza material da produção, mas agora não mais considerado individualmente. Em uma palavra, o trabalhador coletivo, em seu conjunto, continua produzindo mercadorias, mas não necessariamente o faz individualmente. Isso nos leva a um adendo a consideração acerca do trabalho coletivo: ele, além de produzir mais valia, produz mercadorias derivadas da natureza da produção material, considerado em seu conjunto.

Claramente, não é este o exemplo aludido por Marx quando fala sobre um caso de trabalhador produtivo fora da esfera material de produção: o mestre escola¹⁰. Neste caso, o mestre escola aparece como um trabalhador produtivo, por produzir mais valia para o capitalista que o contrata, mas não pode ser considerado parte do “trabalhador coletivo”, a não ser que seus ensinamentos levem, em última instância, a produção de uma mercadoria derivada da relação homem/natureza. Sobre esta dicotomia, nos adverte Lessa (2007):

Temos no interior do “trabalhador coletivo” diferentes práticas sociais, diferentes “subfunções”. O trabalhador coletivo, portanto, é tudo menos homogêneo; é composto pelo conjunto heterogêneo de práticas que, “mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho”, isto é, da transformação da natureza (pois, como já vimos, o objeto de trabalho ou é natureza ou é natureza transformada, matéria-prima) “produz mais-valia”. O que o particulariza [o trabalho coletivo] não é o fato de ser produtor de mais-valia já que, como vimos, esta também é produzida na “fábrica de ensinar” (ou seja, fora do intercâmbio orgânico com a natureza), mas sim o fato de, “em seu todo” o trabalhador coletivo ter por função social o intercâmbio orgânico com a natureza. E isto, lembremos, apenas pode ocorrer em uma sociabilidade baseada no trabalho “controlado” e que, portanto, opõe “como inimigos” o trabalho manual e o trabalho intelectual. (LESSA, 2007, p. 155)

A partir deste momento, se introduz uma grande polêmica no campo marxiano. É ponto pacífico que todo trabalho que gere mais-valia e produza, direta ou indiretamente, uma mercadoria,

¹⁰ “Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não apenas trabalha a cabeça das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de uma fábrica de salsichas, não altera nada na relação” (MARX, 1982, p. 584)

deva ser considerado trabalho produtivo. Também nos parece claro que a primeira determinação, ou seja, a de que o trabalho deve gerar mais-valia para o capitalista, também seja a mais central para o conceito marxista de trabalho produtivo. No entanto, a segunda consideração, acerca da produção de mercadorias, não parece ter sido bem resolvida em Marx. É isto que nos aponta Singer (1981) ao discutir a visão de Marx acerca desta segunda determinação entre trabalho produtivo e produção de mercadorias. A princípio, Marx parece negar por completo este vínculo, fortemente difundido pela doutrina fisiocrática e propagado, em grande medida, na obra de Smith (1996). Em um segundo momento, porém, após se digladiar com suas próprias idéias, Marx parece conceder à Smith um espaço em sua definição. Assim nos mostra Singer (1981):

No fim do volume ele [Marx], por assim dizer, adere à visão de Smith. Admitindo-se que “todo o mundo das mercadorias, toda a esfera da produção material – da produção da riqueza material –, acabe subordinado (formal ou realmente) ao modo de produção capitalista... Pode-se então designar como característico do trabalho *produtivo*, isto é, do trabalhador que produz capital, que seu trabalho se realiza em *mercadorias*, em riqueza material. E assim teria o trabalho produtivo recebido uma segunda determinação lateral, diferente de sua característica decisiva, a qual é completamente indiferente e independente do *conteúdo do trabalho*”. O tom destas frases, principalmente o condicional do verbo “teria”, mostra bem como Marx se rende, quase que contra sua vontade, à intuição de Smith e acaba aceitando sua segunda noção de trabalho produtivo, que no início lhe tinha parecido uma aberração fisiocrática, com uma possível “segunda determinação lateral”, diferente da primeira que permanece contudo a principal e decisiva. (SINGER, 1981, p. 115)

Com essa concessão, cabe nos perguntar como ficaria então o trabalho do mestre escola, um serviço, que não se materializa em mercadoria – no limite, na mercadoria força de trabalho, uma mercadoria de caráter muito particular e que não se inclui na relação homem/natureza, mas na sociabilidade humana propriamente dita – mas que Marx claramente define como produtivo? Assim responde-nos Marx:

Também aqui há produção capitalista apenas em pequena medida e devido à natureza da coisa só pode se dar em algumas esferas. Por exemplo, em estabelecimentos de ensino os professores podem ser meros assalariados para o empresário do estabelecimento, como há numerosas fabricas de ensino desta espécie na Inglaterra. Embora eles não sejam *trabalhadores produtivos* face os alunos, eles o são face o empresário... Todos os casos de produção capitalista nesta área de produção imaterial são tão insignificantes, em comparação com o conjunto da produção, que podem ser inteiramente negligenciados. (MARX *apud* SINGER, 1981, p.116)

Marx parece ter proposto negligenciarmos este tipo específico de produção por não acreditar que, ao menos em seu tempo, fosse possível submeter este tipo de trabalho, com a dificuldade existente de padronizar o objeto de trabalho em si (neste caso, o homem), ao julgo real do capital. A dificuldade de se apoderar das técnicas de produção imaterial seriam uma barreira a estes serviços servirem completamente ao modo plenamente capitalista de produção. Se isto era verdade nos tempos de Marx, hoje não mais assim pode ser considerado.

Toda esta celeuma decorre de Marx propor, na realidade, uma dupla determinação para o trabalho produtivo¹¹. A primeira, e muito mais explicitada por Marx, é o fato do trabalho produzir valor, neste caso, mais valia, seja ela relativa ou absoluta. Esta determinação diz respeito à *forma* que o trabalho produtivo assume sob o modo de produção capitalista. Entretanto para Marx não basta o trabalho estar subsumido ao capital e ser por ele explorado para ser considerado produtivo, ele também precisa atender necessidades humanas; ser, portanto, produtor de valores-de-uso. Esta seria a determinação “lateral” assumida pelo trabalho produtivo, que diz respeito ao seu *conteúdo*, sendo assim também mais geral. O exemplo mais claro que podemos ressaltar a este respeito é o do trabalho no setor comercial. Este, apesar de estar submetido às relações capitalistas, podendo e sendo explorado por esse, não é considerado produtivo por Marx, conforme podemos ver na seguinte citação:

O trabalho comercial não produz diretamente mais-valia. Mas, o preço de seu trabalho é determinado pelo valor de sua força de trabalho, portanto pelos seus custos de produção, portanto pelos seus custos de produção, enquanto a utilização desta força de trabalho como esforço, exteriorização de atividade e desgaste de maneira nenhuma é limitada, da mesma forma que no caso de qualquer outro assalariado, pelo valor da força de trabalho. Seu salário não guarda, portanto, qualquer relação necessária com a massa de lucro que ele ajuda o capitalista a realizar. O que ele custa ao capitalista e o que ele lhe rende são magnitudes diferentes. Ele lhe rende não ao criar diretamente mais-valia, mas ao ajudar a reduzir os custos de realização da mais-valia, na medida em que ele executa trabalho em parte não pago (MARX *apud* SINGER, 1981, p.124)

Se o trabalho comercial não produz diretamente mais-valia, ele a produz para o seu empregador. É o que Marx aponta ao falar que “o que ele custa ao capitalista e o que ele lhe rende são magnitudes diferentes”. A diferença deste tipo de trabalhador provém do fato de que ele não produz diretamente novo-valor, ou seja, não acrescenta novo valor a mercadoria¹², mas apenas ajuda no processo de transformação do capital. Ou seja, se do ponto de vista do capital ele é produtivo, gerando mais-valia para o capitalista comercial, mas em uma análise mais geral, sobre a condição de gerar produtos que satisfaçam a necessidade humana, ele assim não se demonstra. Este é o mesmo motivo que leva Marx a afirmar que o mestre-escola, embora não produza valor para o aluno, ou seja, para a sociedade como um todo, não acrescentando novo capital ao montante pré-existente, gera mais-valia para o dono do estabelecimento de ensino (fabrica de ensinar) e, portanto, sob este ponto de vista, pode e deve ser considerado produtivo.

Por outro lado, ao definir o trabalho no transporte da mercadoria como produtivo, Marx o faz sob o argumento de que, apesar deste não multiplicar a massa de produtos, o processo de transporte é fundamental para a realização do valor-de-uso da mercadoria, pois sem o transporte, em

¹¹ “Assim, vimos que, para Marx e no capitalismo, o conceito de trabalho produtivo apresenta-se com duas caracterizações diferentes, correspondentes a duas dimensões que lhe são próprias; dois pólos constituintes da unidade dialética e contraditória em que se configura: o conteúdo material e a forma.” (CARCANHOLO, 2007, p.9)

¹² “A lei geral é de que *todos os custos de circulação que provém apenas da mudança de forma da mercadoria, não acrescentam valor a esta*” (MARX *apud* SINGER, 1981, p. 125)

grande medida, não haveria consumo. O que parece determinar a classificação de trabalho produtivo do transporte e improdutivo do comércio é o fato de o primeiro ajudar a satisfazer uma necessidade humana – o consumo do valor-de-uso – enquanto o segundo apenas serve ao capital para este mudar de forma, não satisfazendo nenhuma necessidade humana, mas sim do sistema. Portanto, como podemos ver, um *trabalho imaterial*, que não gera novos produtos materiais - como é o caso do transporte - pode ser considerado produtivo sob os dois critérios utilizados por Marx (o de o trabalho produzir mais-valia e atender necessidades humanas), enquanto outros o são apenas em um critério – como, por exemplo, o caso do comércio -, levando Marx a classificá-los em um momento (mestre-escola) como produtivos e em outro (comércio) como improdutivos.

Fica assim a pergunta: Existe algum critério definitivo adotado por Marx para definir o conceito de trabalho produtivo e improdutivo? Esta definição não tem nada de simples, pois ninguém há de negar a imprescindibilidade de serviços como o prestado pelo médico, pelo contador, pelo policial, etc. tanto para o bem estar do indivíduo, quanto para o da sociedade, apesar de todos estes serem inicialmente classificados por Marx como trabalhos improdutivos. A resposta a esta pergunta parece esbarrar em duas questões: a primeira, na forma lógica que foi escrito e apresentado *O Capital*. Partindo do abstrato para o concreto, e traçando o percurso do conteúdo à forma¹³, a obra de Marx deve ser entendida de trás para frente: nem apenas observando o processo de produção (investigado no livro I), nem apenas o processo de circulação (investigado no livro II), mas sob a ótica da totalidade do capital, somente possível de ser captada em sua plenitude no livro III, após o prelúdio tão necessário dos livros precedentes. É a esta questão que atenta Bensaïd ao afirmar que:

Pode-se incluir desde já no proletário [trabalhador produtivo] os assalariados da função pública que participam na reprodução – o trabalho improdutivo no livro II, do ponto de vista da circulação, tornando-se indiretamente produtivo no livro III, do ponto de vista do movimento global? Pode-se com efeito deduzir da lógica do *Capital* que os trabalhadores da esfera da circulação (transporte, comércio, crédito, publicidade), que trazem valor excedente ao seu empregador e são submetidos a condições de exploração comparáveis às que suportam os trabalhadores da produção, caem sob a mesma determinação de classe. (BENSAÏD, 1999, p. 159)

Aqui, Bensaïd unifica o que Marx, a princípio, separa. Ao dizer que tanto o trabalhador envolvido no comércio quanto o trabalhador envolvido no transporte participam da mesma classe, o proletário produtivo, Bensaïd se escora na lógica da obra de Marx para concluir pela ampliação do conceito de trabalhador produtivo, discutido diretamente em Marx muito mais nos livros I e II, além do volume I das Teorias da Mais-Valia. Ou seja, sob o ponto de vista mais geral do capital, aquela

¹³“No entanto, da mesma maneira que na dialética da mercadoria, na qual a forma vai predominando sobre o conteúdo cada vez mais na medida em que as relações mercantis se desenvolvem, aqui também predomina cada vez mais a *forma*, na proporção em que as relações salariais capitalistas vão avançando ou se estendendo. Assim, na nossa época, a extensão e o domínio do capitalismo no nível mundial faz com que a determinação *forma* do conceito de trabalho produtivo predomine sobre o *conteúdo*.” (CARCANHOLO, 2007, p.9)

segunda “determinação lateral” anteposta por Marx e que nos vinha causando uma série de problemas de adequação, caí por terra, prevalecendo o conceito de produtividade especificamente capitalista, ou seja, o de o trabalho produzir mais-valia e fazer parte do trabalhador coletivo. Essa visão mais geral e ampla da obra de Marx também é compartilhada por Carcanholo (2007), ao afirmar:

Em conclusão, estamos convencidos de que, para que se alcance o significado mais concreto do conceito de trabalho produtivo, o ponto de vista adequado é o da totalidade e o da reprodução, ponto de vista esse que se opõe ao do ato individual e isolado. Aliás, aquele é o único ponto de vista que nos permite alcançar a essência do real. Isso significa que o que interessa, no capitalismo concreto, não é somente a produção de mais-valia, mas ela e a do resto do excedente-valor apropriado pelo capital. Com isso, o conceito de trabalho produtivo se amplia. Não interessa tampouco, para a determinação do trabalho produtivo, o destino do produto desse trabalho, se consumo produtivo, improdutivo ou suntuário. Dessa maneira, além do que é normalmente considerado produtivo, também consideramos como tal o trabalho de camponeses e artesãos, professores e profissionais da saúde e do serviço doméstico, além de outros que deveriam ser incluídos. (CARCANHOLO, 2007, p.15)

O que o autor aqui nos aponta é que, a partir de uma visão da totalidade da obra Marxista, a definição de *conteúdo* do conceito de trabalho produtivo – qual seja, a de ser produtor de valores de uso – perde força em detrimento da definição de tal conceito com base na *forma* – a forma capitalista, de extração, expropriação e exploração do trabalho alheio, ou seja, da geração de mais-valia. Com isso, diversas atividades que antes não eram por Marx consideradas produtivas (ao menos não nas passagens que encontramos nos livros I, II e nas Teorias da Mais-Valia) agora o são, como é o caso dos médicos e do serviço doméstico¹⁴.

Outra questão relevante que deve ser levantada para responder a questão proposta – o que define o trabalho produtivo? – é uma consideração acerca do tempo histórico. Devemos recordar que no tempo que Marx escreveu *O Capital* o grau de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo não guardava nenhuma semelhança com o capitalismo que nos deparamos nos dias atuais. A generalização das relações capitalistas pela quase totalidade das relações sociais, o ulterior desenvolvimento das técnicas de produção, de controle do trabalho, o crescimento assombroso assumido pelo capital financeiro¹⁵, as alterações no comércio internacional, nos modos de regulação do trabalho e do capital, o avanço tecnológico, entre diversos outros fatores, criam uma enorme distância entre o capitalismo que Marx via surgir e se instaurar em definitivo no século XIX para o

¹⁴ Apesar disso, Carcanholo (2007) insiste na classificação de improdutivo dada ao trabalho comercial, no que difere de Bensaïd (1999). Em nossa opinião, a visão de Bensaïd guarda a vantagem de ser mais coerente, pois a inclusão do trabalhador comercial no trabalhador produtivo se dá sob a ótica de que este é claramente explorado pelo capital, como bem disse Marx, independentemente o fato de não produzir ou ajudar a produzir novos valores-de-uso, condição negada por ambos autores citados.

¹⁵ Entender a questão da dominância do capital financeiro, assim como a constituição do capital fictício, é de fundamental importância para compreensão da dinâmica do capitalismo atual. Isto por que o capital deve ser compreendido em sua totalidade, como produtor de mais-valia, ou seja, capital produtivo, mas também como capital comercial e financeiro. Embora certo disso, foge ao escopo deste artigo uma discussão mais aprofundada a respeito desta e de outras questões tão centrais ao capitalismo e, por que não, ao marxismo contemporâneo. Fica aqui, no entanto, a ressalva da necessidade de estudos posteriores avançarem sobre estes temas.

que observamos hoje. Esta interpenetração do capital em vários setores até então não capitalistas, também, através de uma relação dialética, alteraram as classificações que poderíamos fazer dos trabalhos, em especial o setor de serviços, no capitalismo. Hoje, vários setores de serviços comportam-se como verdadeiras indústrias, como é o claro exemplo da “indústria cinematográfica”, ou da “indústria hotelaria”. O avanço do capitalismo e das formas de gestão científica do trabalho permitiu a este controlar o processo de produção destes serviços, subsumindo assim também a produção do valor neles gerado e, por fim, transformando algo que Marx em sua época classificava como “capitalista em pequena medida” (Marx *apud* Singer, 1981, p.116), em algo plenamente capitalista. Marx já visualizava esta situação ao tratar dos serviços como algo potencialmente produtivo, como podemos observar na seguinte passagem do capítulo VI inédito retratado na obra de Antunes (2004):

Milton – sirva-nos de exemplo – que escreve o *Paraíso Perdido* era um trabalhador improdutivo. Ao contrário, o escritor que proporciona trabalho como de fábrica a seu livreiro é trabalhador produtivo. Milton produziu *Paradise Lost* tal como um bicho-da-seda produz seda, como manifestação de sua natureza. A seguir, vendeu o produto por cinco libras e, desse modo, converteu-se em negociante. O literato proletário de Leipzig que produz livros – por exemplo, compêndios de economia política – por encargo do livreiro, está próximo a ser um trabalhador produtivo, porquanto sua produção esta subsumida (incluída) ao capital e não se leva a termo senão para valorizá-lo. Uma cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário, que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que produz diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento, é trabalhador produtivo. Ainda assim, a maior parte desses trabalhos, do ponto de vista da forma, mal se submetem (incluem) formalmente no capital: pertencem às formas de transição. (ANTUNES, 2004, p. 164-65)

A seguir, Marx volta a insistir que esta questão é tão residual na economia de seu tempo, que não são necessárias maiores análises. No entanto, como afirmado, na economia capitalista contemporânea esta questão esta plenamente posta, e a forma de resolvê-la, como o trecho acima demonstra, já estava colocada a muito por Marx. Se em sua época, alguns trabalhos ainda não estavam plenamente subsumidos ao capital – como é caso do médico, da segurança particular, do advogado, entre outros – com o processo de terceirização e o avanço das relações capitalistas sobre este tipo de força de trabalho, podemos considerá-los produtivos do ponto de vista da produção capitalista, além de parte integrante e fundamental do trabalhador coletivo.

Para finalizar, utilizaremos mais uma vez uma citação do autor para definir, de uma vez por todas, nosso entendimento acerca do trabalho produtivo no capitalismo, seja ele material ou imaterial:

A determinação do trabalho produtivo (e, por conseguinte, também a do improdutivo, como seu contrário) funda-se, pois, no fato de que a produção do capital é produção de mais-valia, e em que o trabalho empregado por aquela é trabalho produtor de mais-valia (ANTUNES, 2004, p.171)

Cremos que pouco mais possa ser acrescentado a isto, a não ser deixar claro que a expansão do conceito de trabalhador produtivo¹⁶ também é válida para o trabalhador coletivo, que agora incorpora para si a determinação central de produtor de mais-valia, deixando de lado assim a “determinação lateral” derivada da necessidade de produzir valores de uso materiais. Mesmo que assim não o seja - como é o caso evidente de uma grande universidade ou um plano de saúde e atendimento médico, onde o resultado do processo de trabalho não é uma mercadoria tangível ou material – o trabalho coletivo (e, portanto, seu trabalhador) desde que plenamente controlado e subsumido ao capital, gerando assim mais valia para o seu empregador, assume também a função de trabalho produtivo no capitalismo. Esta ampliação de conceitos, ao mesmo tempo que atende ao método e a lógica do pensamento de Marx, “atualiza” sua leitura em vista das substanciais alterações sofridas pelo capitalismo, em especial ao longo do século XX. É, portanto, uma atualização que não foge ao espírito e ao método da teoria, assim como atende a necessidade imperiosa de compreendermos de maneira mais eficaz a realidade que nós vivemos.

5 – Considerações finais:

Os limites definidos pelo escopo deste trabalho nos impedem de avançar sobre temas pujantes da discussão marxista a respeito de um pretenso fim da centralidade do trabalho em nossa sociedade, ou da emergência do que podemos chamar de capitalismo baseado no *trabalho imaterial*. De qualquer forma, cremos que as definições conceituais acima descritas, assim como a idéia de ampliação de alguns conceitos marxianos, como é o caso do conceito de trabalho produtivo, formam um preâmbulo essencial para qualquer pesquisa que queira desvendar a posição e importância do trabalho humano sob a égide do capitalismo, mesmo de sua atual fase financeirizada em que vivemos. Tais considerações conceituais são, além da base teórica que podem fundamentar futuros estudos mais aplicados e ampliados acerca da realidade e relevância do trabalho humano no capitalismo contemporâneo, também um rico campo para debater-se e compreender a aplicabilidade e relevância da própria teoria marxista do valor trabalho nos dias atuais. Espera-se assim que tal debate (acerca do papel do trabalho humano e da teoria do valor) assuma a importância central que lhe cabe acerca dos assuntos tratados pela teoria marxiana.

¹⁶ Tese que é plenamente e brilhantemente desenvolvida em Antunes (2003), com seu conceito de classe que vive do trabalho.

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo (org). **A dialética do trabalho: Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo – Grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 1999

CARCANHOLO, R. A. **Capitalismo contemporâneo e trabalho produtivo**. In: I Encontro Nacional de Economistas Marxistas, 2007, Curitiba. <http://www.sitiodeeconomiapolitica.ufpr.br/>, 2007.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl. **O capital, crítica da economia política**. Livro I, Vol I, Livro II, vol. III e Livro III, vol. IV e V. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006

_____. **O capital, crítica da economia política**. Livro I, Vol II, São Paulo: Difusora editorial, 1982

NETO, João Machado Borges. **Duplo caráter do trabalho, valor e economia capitalista**. Tese de doutoramento: São Paulo, 2002.

ROSDOSLKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital, de Karl Marx**. São Paulo: Eduerj; Contraponto, 2001

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações**. São Paulo, Ed Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1996.

SINGER, Paul. **Trabalho produtivo e excedente**. Revista de Economia Política. Vol I. nº 1, janeiro/março 1981